

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO BRASILEIRO E A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Cremeilda Moreira Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Arlete Ramos dos Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Janete Pereira da Silva

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Rosilda Costa Fernandes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: No Brasil contemporâneo, o direito à educação se firmou e ficou disponível à toda a população, independente de grupo social. Contudo, com a mudança na estrutura socioeconômica do Brasil, onde o estado voltou-se para os grandes centros urbanos e para a industrialização, o campo rural brasileiro ficou à margem desta sociedade. Apesar disso, os camponeses lutaram frente à esta conquista a partir do movimento social MST. Somente nas últimas décadas, é que a educação oferecida nas localidades rurais começa a ter um olhar especial, onde têm-se que é importante a valoração das especificidades das tradições rurais (educação do campo) e não mais a incorporação de costumes dos centros urbanos (educação rural). A partir desse entendimento, o estado começa a implementar uma série de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da educação no campo.

Palavras chave: Educação do Campo. Educação Rural. Políticas Públicas.

Introdução

A educação no Brasil surge por volta do ano de 1549 com a chegada dos padres jesuítas em terras brasileiras. Assim, este grupo – vinculado a igreja católica – buscava principalmente promover a expansão do catolicismo em regiões recém descobertas da América, vindo a catequizar os índios brasileiros, ensinando a língua portuguesa e transmitindo os costumes da cultura europeia. Como em toda a história do Brasil, os interesses das classes dominantes sempre se sobressaíram aos dos menos favorecidos, e assim Portugal ao colonizar as terras brasileiras impôs seus hábitos aos indivíduos nativos, promovendo a exclusão de qualquer identidade cultural dos que já habitavam as terras brasileiras. Apesar do caráter doutrinador, os jesuítas possuem importância na história da

educação nacional pois promoveram a criação de diversas escolas que desempenhavam as funções de ensinar a ler, escrever e contar (conhecimentos básicos).

É apenas no início do século XIX, com a chegada da família real no Brasil e posterior independência política que surge a preocupação com a educação, visto que nessa época houve a necessidade de desenvolvimento da cultura e educação. Ainda nesse período, houve a implementação dos primeiros cursos de ensino superior que eram voltados a atender as necessidades da Coroa Portuguesa.

Somente na Constituição outorgada em 1824 pelo então Imperador D. Pedro I é que o direito a educação foi universalizado, estendendo o direito à instrução primária a todos os cidadãos. Contudo, vale ressaltar que nem todos os brasileiros podiam exercer esse direito, visto que negros e escravos alforriados não eram considerados cidadãos. A partir de 1871 com a Lei do Ventro Livre é que a realidade das crianças nascidas e mulheres escravas passam a mudar, visto que a partir daquele momento estas pessoas negras passavam a ser reconhecidos como cidadãos e livres.

Considerando que a Educação exerce um grande poder de transformação em uma sociedade, e que um indivíduo com maior escolaridade é capaz de produzir mais e de exercer múltiplas funções gerando assim mais riquezas, a Educação tornou-se um direito a todos os cidadãos brasileiros, sem nenhum tipo de distinção. Contudo, ter o direito não é o mesmo que conseguir exercê-lo, o acesso às escolas é uma conquista recente para alguns grupos sociais.

Entender e dimensionar a educação como direito humano significa compreender que ela é um direito necessário ao acesso de uma vida digna e humana. E em 2019, ano que a Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 71 anos, é de fundamental importância reafirmar que todo cidadão tenha pleno acesso à educação, independentemente de sua condição social. Esta declaração – documento internacional, devidamente ratificado pelo Brasil – traz em seu artigo 26 que o ensino elementar é obrigatório e que o técnico-profissional e superior deve ser acessível a todos, estando seu acesso baseado no mérito. A educação foi por muito tempo um direito restrito às camadas elitistas e as classes dominantes e somente após muitas lutas sociais é que a educação se tornou acessível aos demais indivíduos da sociedade.

Com a efetivação do direito ao acesso à educação, graças à luta e enfrentamento de movimentos e organizações sociais, faz-se necessário o planejamento e execução de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da educação nacional, principalmente no âmbito do acesso aos grupos que antes não eram atendidos com esse direito. Desse modo, no tocante à

educação do campo, é preciso que o estado se atente às demandas da comunidade rural, pois esta deve participar ativamente dos processos de formulação das políticas, visto que é quem usufruirá.

Referencial Teórico

Desde o período de colonização do Brasil, o campo vem desempenhando papel de destaque, visto que ele é a base para produção de algumas das principais atividades econômicas no país. Até o século XVIII, era no campo que estava localizada a maior parte do contingente populacional, além disso a atividade econômica no Brasil se restringia a área rural. Contudo, com os ideais de modernização e prosperidade vinculados à Revolução Industrial, o cenário brasileiro passou por uma transformação gigantesca, mudando a matriz econômica do país da agricultura para a indústria. Com a industrialização, ocorreu o intenso fluxo migratório das áreas rurais do país para os grandes centros urbanos e assim restou ao setor rural uma conceituação de atraso, o que também contribuiu para a periferização destas áreas.

A sociedade brasileira foi constituída sob o viés do capital, com a expropriação de terras e conseqüentemente dos meios de subsistência, e com a intensa exploração das forças de trabalho. Assim, o sistema político-econômico sempre determinou os caminhos da sociedade, onde a elite da sociedade era quem determinava os padrões sociais e quem detinha o poder do controle social, vindo a reprimir qualquer tentativa que fosse de encontro aos padrões já estabelecidos. E nesta época não foi diferente, inclusive a nova configuração socioeconômica do país buscou através da educação fortalecer as suas bases:

A preocupação na época não era de que a educação fosse para todos e de que os camponeses fossem atendidos no direito à educação. O desenvolvimento industrial era o “carro chefe”, apontando diretrizes às escolas primárias em propriedades rurais que seriam aproveitadas posteriormente nas indústrias instaladas nas cidades. (FERREIRA & BRANDÃO, 2011, p.8).

A educação, apesar de ser um direito universal assegurado pela Constituição Federal de 1988, não previa explicitamente a oferta da Educação do/no campo. Contudo, a carta magna abriu caminho para a luta pelos direitos sociais, evidenciando a necessidade de atendimento à população camponesa e de outras comunidades tradicionais. Segundo Molina (2011, p.11),

a Educação do Campo originou-se no processo de luta dos movimentos sociais camponeses e, por isso, traz de forma clara sua intencionalidade maior: a construção de uma sociedade sem desigualdades, com justiça social. Ela se configura como uma reação organizada dos camponeses ao processo de expropriação de suas terras e de seu trabalho pelo avanço do modelo agrícola hegemônico na sociedade brasileira, estruturado a partir do agronegócio.

Ainda segundo Molina (2011, p. 11), todas essas lutas propostas pelos trabalhadores em prol do pleno exercício do direito à educação e ao conhecimento é parte do conjunto de estratégias de resistência organizada pelo Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), onde este movimento busca manter seus territórios, cultura e costumes, bem como hábitos de vida e trabalho, garantindo assim a preservação de suas identidades. O MST, trata-se de um coletivo de suma importância na história da educação do campo e no fortalecimento da agricultura familiar e está organizado em vinte e quatro estados do país, ao longo das cinco grandes regiões. O objetivo principal desse movimento consiste na luta por uma reforma agrária justa, visto que na estrutura fundiária do Brasil ocorre uma intensa concentração de terras, onde segundo a organização Oxfam Brasil, 0,91% das grandes propriedades ocupam mais de 45% da área total rural do país. Este fator é um grande intensificador da desigualdade social brasileira.

Considerando que no Brasil, a maioria dos legisladores são também os donos do capital ou seus defensores, o MST desempenhou/desempenha um importante papel no enfrentamento pela garantia de direitos e na resistência contra os desmandos dos ruralistas e dos grandes latifundiários. Por esse, entre outros motivos, este movimento social é tido por Marlene Ribeiro (2010) como “sujeitos sociais, mais propriamente ditos, sujeitos políticos coletivos”. A bancada ruralista e os princípios capitalistas da economia nacional se legitimaram como instrumentos de exclusão social. Este movimento social foi quem lutou por políticas de desenvolvimento que propiciaram a permanência do homem do campo no campo, e que resistiram inclusive aos massacres e ataques de milícias armadas contratadas pelos latifundiários.

Os coletivos, sindicatos e movimentos sociais como o MST, são organizações capazes de promover a (re)construção do passado, presente e futuro de suas respectivas classes, fomentando o engajamento político social e lutando pela democratização da gestão e do acesso aos espaços de poder. Além disso, essas instituições desempenham papel importante na cultura de seus representados, pois elas através do fortalecimento da

coletividade ainda consegue promover a manutenção dos laços identitários e da memória dos indivíduos que representa.

A luta em prol da educação do campo, surge como reação à política educacional, que sob o nome de Educação Rural, propiciava a expansão das desigualdades sociais, visto que neste modelo de educação ofertado no campo, o currículo era construído de modo que após a formação dos discentes, o conhecimento pudesse vir a ser utilizado nos centros urbanos. Assim, segundo Ribeiro (2012, p. 293), um fato que contribuiu para precariedade das escolas localizadas na zona rural foi o fato de que “para estes sujeitos, quando existe uma escola na área onde vivem, é oferecida uma educação na mesma modalidade da que é oferecida às populações que residem e trabalham nas áreas urbanas”. E ainda segundo a autora, o sistema não se propõe a adequar a escola rural aos modos de vida e especificidades dos camponeses e suas famílias.

A prática pedagógica desenvolvida nas escolas do campo, deve se atentar a desenvolver um trabalho emancipador, mostrando aos alunos que todos detêm o direito ao espaço de fala e o devem utilizar. Além disso, cabe aos educadores estimularem o desenvolvimento da consciência de classe, para que os sujeitos se envolvam nas lutas sociais de seus movimentos e/ou de sua comunidade. Apesar da classe trabalhadora rural estar organizada sob um viés defensivo dado às inúmeras opressões e perseguições, é necessário que busque mudar essa condição passiva e passe a ser um movimento ofensivo/ativo na luta por seus direitos. Somente com um coletivo organizado e ciente de sua condição, será possível promover a luta contra o analfabetismo no campo, as desigualdades de gênero, a fome, a concentração fundiária e a exploração do trabalho.

O campo rural brasileiro sofre com uma caracterização equivocada e generalizada de miséria e sofrimento e por consequência é alvo da marginalização social. E nesse contexto surge a necessidade de desenvolver e implementar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das áreas rurais do país. Essas políticas públicas se dão nas mais diversas áreas, o que é de extrema importância, visto que para que haja a manutenção da população rural em suas respectivas comunidades faz-se necessário o olhar para as esferas sociais, econômicas e ambientais de forma que estas estejam inter-relacionadas.

Assim, o estado brasileiro institui uma série de programas, como por exemplo, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que consiste na concessão de crédito rural aos agricultores familiares através de financiamentos bancários, propiciando assim o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e das famílias que a

praticam. O PRONAF vai além da esfera econômica visto que articulado com outras políticas oferece o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, permitindo assim consequentes melhorias na vida das famílias rurais, além de possuir modalidades em seu financiamento que fomentam o acesso e permanência de jovens das comunidades rurais em programas de ensino técnico/profissional e superior. Outras ações que propiciam a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais é a implementação de Unidades Básicas de Saúde com a oferta de consultas médicas regulares à população destas áreas. E uma vez garantida uma boa qualidade de vida, não haverá motivos para que os camponeses deixem suas terras em busca de melhores condições nas cidades.

Para satisfazer as demandas pertinentes à esfera socioambiental, o estado vale-se principalmente da educação nos espaços formais e não formais. O desenvolvimento de políticas no âmbito educacional para atender os interesses sociais das comunidades camponesas só foi possível graças às lutas e encontros inicialmente vivenciados pelos camponeses, principalmente aqueles engajados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Assim, segundo Caldart (2012) o MST foi uma importante organização na elaboração e implementação da Educação do Campo, que inicialmente fora designada como Educação Básica do Campo e que confrontou os modelos civilizatórios de escolas impostos pela modernização e industrialização das cidades.

As diversas políticas públicas educacionais desenvolvidas consistem em ações articuladas visando a melhoria da qualidade e oferta do ensino nas escolas do campo, através da formação de docentes, melhorias nas estruturas das escolas e condições de permanência dos educandos, bem como a produção de materiais pedagógicos que atendam as especificidades da zona rural.

Algumas políticas que propiciaram melhorias e consequente desenvolvimento da educação ofertada no campo foram: 1) PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária que consiste na oferta de cursos para cidadãos atendidos pelo programa de reforma agrária do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) nas modalidades da educação básica (alfabetização, ensino fundamental e médio), cursos técnicos profissionalizantes de nível médio e cursos superiores de graduação e pós-graduação; 2) PROJOVEM Campo – Saberes da Terra, que oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares com idade entre 18 e 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. Uma importante característica do PROJOVEM Campo é que este, assim como alguns cursos do PRONERA, funciona em regime de alternância intercalando tempo-escola e

tempo-comunidade, valorizando assim o conhecimento prático e as tradições da comunidade, permitindo que esta tenha um retorno do conhecimento científico produzido nas academias e espaços formais de educação. Além disso, o programa permite a flexibilização de suas ações por parte dos estados e municípios, por exemplo, permitindo que esses façam às adequações às características e calendários agrícolas da região.

Outra política pública de fundamental importância para o avanço da Educação do Campo foi o PRONACAMPO (Programa Nacional de Educação do Campo) – instituído pelo decreto federal nº 7.352/2010, que consiste num conjunto de ações articuladas que atendem a gestão e práticas pedagógicas, a formação inicial e continuada de professores, a educação de jovens e adultos e educação profissional, bem como a infraestrutura física e tecnológica.

O PRONACAMPO propiciou a implementação de importantes programas como o:

- 1) Mais Educação Campo, que consiste na disponibilização de recursos destinados à ampliação da jornada diária dos alunos fomentando à educação em tempo integral nas escolas do/no campo;
- 2) PNLD Campo, que consiste na distribuição de materiais didáticos específicos para o campo permitindo o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem de forma contextualizada com a realidade do campo e saberes das comunidades;
- 3) EJA Saberes da Terra, que objetiva elevar o grau de escolaridade dos jovens e adultos moradores das comunidades rurais;
- 4) PRONATEC Campo, que busca promover a inserção de jovens e trabalhadores do campo em cursos de formação inicial e continuada através de cursos técnicos e de qualificação profissional;
- 4) PDDE Campo, que consiste na disponibilização do dinheiro direto para a escola, para que esta possa vir a fazer melhorias em sua infraestrutura física a fim de melhorar a qualidade do ensino;
- 5) PDDE Água, que disponibiliza o dinheiro direto na conta da escola para que essa faça as adequações necessárias ao abastecimento de água em condições apropriadas para consumo e o esgotamento sanitário;
- 6) Transporte escolar, que busca a garantia de transporte dos estudantes do campo para o campo, com o menor tempo possível no percurso residência–escola;
- 7) Inclusão digital, que consiste em promover à inclusão digital e o uso pedagógico da informática nas escolas do campo através da disponibilização de computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais.

Além de todas essas ações supracitadas, o PRONACAMPO ainda busca propiciar a formação inicial e continuada dos professores através do PROCAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo e do Programa Saberes da Terra, além disso com a implementação do PRONACAMPO, foi possível a conquista quanto

à regulação inclusive de normas e procedimentos para o fechamento de escolas do campo por parte das redes de ensino.

Cabe ressaltar, que mesmo conseguindo exercer seus direitos, a população camponesa e principalmente aqueles indivíduos ligados aos movimentos sociais, sofreu e sofre discriminação por parte da elite conservadora do país. Um exemplo disso é no tocante às universidades, que inicialmente eram exclusivas da/para a elite econômica e intelectual brasileira, mas que hoje já sofreu algumas mudanças e está aberta a todos. E considerando esses fatos, uma importante política pública implementada nacionalmente e que busca reparar este período de exclusão é a utilização de cotas para o ingresso nas IES, atualmente há cotas (vagas reservadas especificadamente) para indígenas e quilombolas.

Resultados e discussão

Considerando que o acesso à educação é um direito humano e fundamental, regulamentado internacionalmente pela Organização das Nações Unidas em 1948 através da Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Brasil através da promulgação da Constituição Cidadã em 1988, o exercício desse direito por parte das camadas sociais marginalizadas é recente, tendo esses grupos socialmente excluídos da participação política a efetivação desse direito nas duas últimas décadas.

Desse modo, é de fundamental importância a continuidade de pesquisas no tangente a educação do campo, no sentido de garantir que o ensino ofertado seja realmente voltado para o campo, coibindo a prática da escola rural que não valoriza a cultura e identidade camponesa. Nesse sentido Caldart, afirma que é necessário uma,

Educação do campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural. A proposta é pensar a educação do campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores do campo gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de lutas de suas organizações. (CALDART, 2003, p. 13).

Segundo Brasil (2010), as políticas públicas voltadas para o campo desenvolvidas no âmbito educacional devem respeitar a diversidade e as especificidades sociais, culturais e ambientais do campo, além de estarem comprometidas com o desenvolvimento social, econômico e ambiental. Desse modo faz-se necessário que a Educação do Campo seja planejada para e com a comunidade rural, onde segundo o decreto nº 7.352/2010 que dispõe

sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária deve ocorrer a:

valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; (BRASIL, 2002)

São muitas as políticas públicas, programas e ações articuladas voltadas para o desenvolvimento e melhoria da qualidade da oferta da educação do campo. Contudo, resta saber se essas ações estão realmente sendo efetivadas e qual é o nível de acesso a estes programas. Dada a realidade brasileira, sabe-se que nem todas as comunidades camponesas conseguem ter acesso e fazer o uso de todos os recursos e políticas citados neste trabalho. E diante desse cenário, é de extrema importância que o governo federal junto com estados e municípios busquem integrar e universalizar suas ações a fim de que estas consigam atender ao maior número possível de seu público-alvo.

Além disso, faz-se necessário ainda que os entes federativos se comprometam em respeitar e valorizar a educação nacional, buscando inclusive cumprir as metas estabelecidas nos planos nacional, estaduais e municipais de educação. O incentivo a formação continuada e a valorização dos docentes das áreas rurais, é um dos caminhos a serem seguidos na busca por uma educação do campo de qualidade. Outro aspecto a ser observado e que é uma realidade no país, diz respeito as classes multisseriadas, onde os docentes lecionam para diferentes séries e ciclos no mesmo ambiente e no mesmo horário, fato que pode vir a prejudicar a aprendizagem dos educandos.

É necessária a emergência da classe trabalhadora rural na sociedade, de modo que esta reconheça o seu papel e a sua força política e social e deixe de ser apenas uma parte subordinada e explorada pelo capital. Pois só através da igualdade e da liberdade será possível exercer a cidadania de forma emancipatória e satisfatória na sociedade, promovendo o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida nas áreas rurais do Brasil. E uma das ferramentas capaz de propiciar a organização e o levante popular dessa força social é a educação. Por isso, cabe aos levantes populares fiscalizarem as ações das redes de ensino no tocante a possíveis arbitrariedades, por exemplo, no tocante ao fechamento e nucleação de escolas do campo.

Somente com uma educação do campo, onde ocorra a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo é que poderemos ter o fortalecimento da

identidade camponesa e consequente desenvolvimento da educação nas comunidades rurais. Assim os currículos escolares das escolas rurais e o conjunto de materiais pedagógicos devem estar voltados para a valorização social, cultural, econômica e política dos indivíduos camponeses. As atividades desenvolvidas dentro do ambiente escolar, dado a sua influência na vida dos indivíduos, devem estar ancoradas nos saberes próprios dos estudantes, também na memória coletiva da comunidade, assim teremos além do fortalecimento da identidade rural, o estímulo à luta por direitos e consequente melhoria da qualidade de vida destes indivíduos. É importante para o desenvolvimento das comunidades rurais, que os professores dessas localidades fomentem a formação de sujeitos ativos e participativos, inserindo sempre que possível no currículo escolar a importância, contexto e conquistas dos diversos movimentos sociais.

Referências bibliográficas

BARROSO, João. *O estado, a educação e a regulação das políticas públicas*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, Especial – Out. 2005.

BRASIL. Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010. *Dispõe sobre a política de educação do campo e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA*. Diário Oficial da União - 5/11/2010.

CALDART, Roseli Salette. *A Escola do campo em Movimento*. Currículo sem fronteiras, v. 3, n. 1, p.60-81, Jan/Jun 2003.

FERREIRA, Fabiano de Jesus & BRANDÃO, Elias Canuto. *Educação do Campo: Um olhar histórico, uma realidade concreta*. Revista Eletrônica de Educação, Londrina, Ano V, n. 09, jul./dez. 2011

MOLINA, Mônica Castagna & SÁ, Lais Mourão. *Escola do campo*. IN: CALDART, Roseli Salette, et al (org). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

REIS, Neila da Silva. *Políticas Educacionais do Campo: Percurso Preliminar*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 124-148, out. 2011.

RIBEIRO, Marlene. *Movimento camponês, trabalho e educação*. 1ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

RIBEIRO, Marlene. *The pedagogy of alternation in rural/country education: competing projects*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 1, Jan. – Abr. 2008.

SANTOS, Arlete Ramos dos. *Educação do Campo*. Ilhéus, EAD-UAB/UESC, Editus, 2013.

SANTOS, Clarice Aparecida (org). *Por uma educação do campo*. 1ª ed. Brasília, NEAD/MDA, 2008.

SILVA, Maria Vieira & SILVA, Astrogildo Fernandes. *Políticas Educacionais para a Educação do Campo: dimensões históricas e perspectivas curriculares*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.47, p. 314-332, Set. 2012.

SOBRE AS AUTORAS

Cremeilda Moreira Santos

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGED/UESB); Professora da educação básica na rede municipal de ensino de Barra do Choça – BA; Especialista em Gestão Escolar pelo Centro Universitário Claretiano e em Alfabetização e Letramento pela Faculdade Montenegro. Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: cleo_moreira8@hotmail.com

Arlete Ramos dos Santos

Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais; Professora Adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UESB); E-mail: arlep@hotmail.com

Janete Pereira da Silva

Aluna dos cursos de especialização em Educação e Diversidade Étnico-Cultural da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e em Direitos Humanos e Contemporaneidade da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Professora da educação básica na rede municipal de ensino de Planalto – BA; Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade Montenegro. Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: pereirajanete12@yahoo.com.br

Rosilda Costa Fernandes

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Professora da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino em Vitória da Conquista - Bahia. Membro do Grupo de Pesquisa Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade -GPEMDEC, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Especialista em Matemática pela UESB, Especialista em Metodologias Aplicadas à Educação, na Área de Matemática, Ciências e suas Tecnologias pela Universidade Internacional de Curitiba; Licenciada em Ciências com Habilitação em Matemática pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; E-mail: fernandesrosilda@bol.com.br